

UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SERGIPE E NO BRASIL

SANTOS, Thaynara Tavares^{1*}; JESUS, Raphael Amâncio¹; OLIVEIRA, Grayce Kelly Carvalho¹; SILVA, Daniel Pereira²; RUZENE, Denise Santos¹

¹ Departamento de Engenharia Química, Universidade Federal de Sergipe

² Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Sergipe

* email: thaay.tavares@hotmail.com

Resumo: *Com a implantação da reforma agrária na década de 80, deu-se início a questões que envolvem a trajetória da luta pela terra, a estrutura fundiária, a criação dos assentamentos e a qualidade de vida das famílias assentadas. Nesse cenário, Sergipe surge como o segundo estado que possui a maior razão entre o número de assentamentos e a sua área territorial em todo o Brasil. Movimentos sociais exercem grande influência na criação de assentamentos e, principalmente, na luta por terras e na realização da reforma agrária em Sergipe. Além disso, a reforma agrária se mostra ser eficiente em melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, gerar inovação em seus produtos e sustentabilidade pelo seu modo de cultivo e geração de empregos. Diante disto, o presente trabalho realizou uma análise quantitativa de assentamentos existentes no estado de Sergipe e no Brasil.*

Palavras-chave: *Assentamentos, Reforma Agrária, Sergipe.*

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA (2015), desde 1530, o Brasil enfrenta problemas fundiários com a criação das capitanias hereditárias e do sistema de sesmarias (terras distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção).

Com a independência do país, em 1822, o quadro agravou-se, pois, a troca de donos das terras deu-se a partir de então sob a lei do mais forte, gerando muitos conflitos. Em 1850 o império efetuou a tentativa de ordenar o campo ao editar a Lei das Terras, que estabelecia a compra como única forma de acesso à terra, abolindo o regime de sesmarias. Apenas com a redemocratização de 1984 foi trazido o tema da reforma agrária e, em 10 de outubro de 1985, o decreto n° 97.766 instituiu o Plano Nacional de Reforma Agrária com a meta de destinar 43 milhões de hectares para o assentamento de 1,4 milhão de famílias até 1989. Entretanto, segundo Carter (2010), em nenhum outro século houve tanta atenção em relação à questão agrária como no século XX. Desta forma sabe-se que a reforma agrária contribui tanto para o ponto de vista social, proporcionando o acesso à terra e melhorando as condições de vida dos agricultores e trabalhadores rurais, quanto para o processo de desenvolvimento do país, e de modo mais específico, para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento do meio rural (LEITE, 2000).

Com a reforma agrária, temos o surgimento dos assentamentos rurais, que são unidades de terra, ou lotes, que os trabalhadores rurais recebem com a finalidade de trabalhar nessa terra e explorá-la para o seu sustento, usando exclusivamente a mão de obra familiar (INCRA, 2015).

Contudo, um fator de grande importância é a questão sustentável. Segundo Altieri (1996), a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária somente será alcançada quando os trabalhadores rurais incrementarem o seu acesso à terra, aos recursos e também a uma tecnologia adequada e inovadora, assegurando o controle dos recursos além de um acesso justo aos produtos e bons rendimentos derivados das suas colheitas.

O estudo sobre os projetos de assentamentos de reforma agrária em diferentes estados ou regiões do Brasil certamente vem crescendo a cada dia, trazendo entusiasmo aos pesquisadores interessados nos temas que envolvem a reforma agrária. No entanto, para entender esse processo é preciso reconhecer que o estado é um dos protagonistas para o surgimento dos assentamentos, sendo a sociedade um fator de muita relevância (MITIDIERO Jr., 2011).

A reforma agrária vem sendo um meio eficiente de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, gerando um grande desenvolvimento econômico, com possibilidades e potencialidades na geração de inovação em seus produtos sociais bem como sustentabilidade pelo seu modo de cultivo e geração de empregos, gerando grandes demandas para as engenharias. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi analisar de forma quantitativa e apresentar um panorama dos assentamentos rurais no estado de Sergipe e no Brasil.

2. ASSENTAMENTOS E ÁREA TERRITORIAL

De acordo com o IBGE (2012), o Brasil possui uma área de 851.576.704,9 hectares, ocupando a posição de quinto maior país do mundo em área territorial. Segundo o INCRA (2015), 88.270.046,03 hectares de todo o território brasileiro são destinados aos assentamentos rurais, constituindo um total de 9.288 assentamentos e 969.583 famílias assentadas.

Um estudo feito pelo DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra, apresenta o número de assentamentos rurais no Brasil criados desde o ano de 1985 até o ano de 2013 (NERA, 2015; LABERUR, 2015).

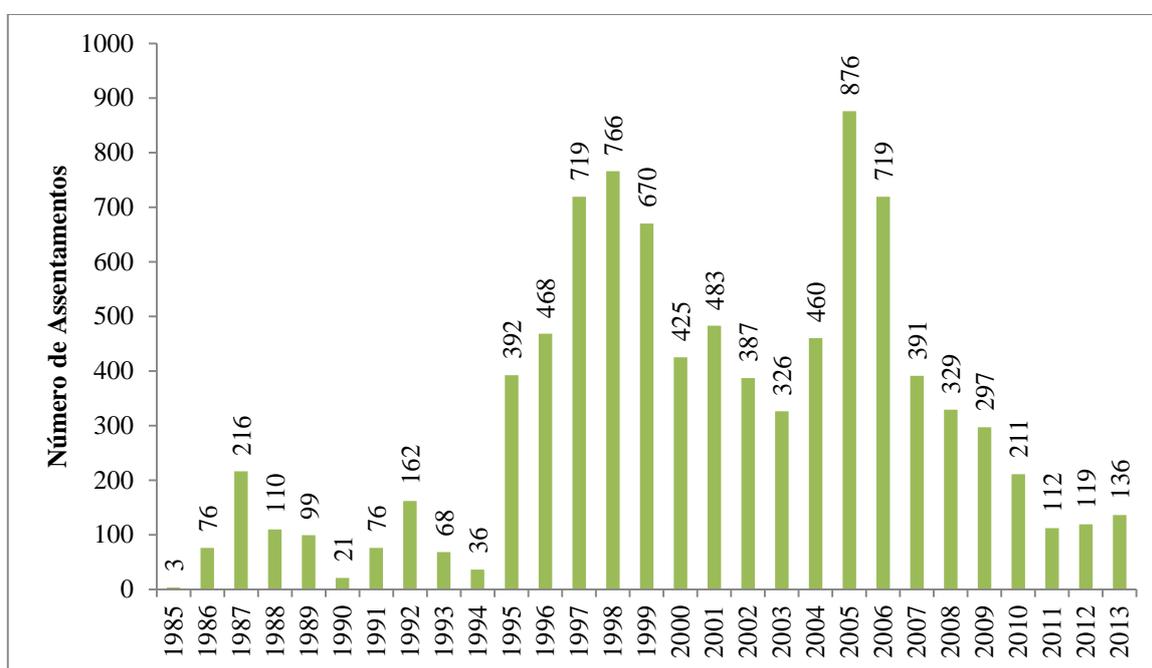


Figura 1 – Número de assentamentos rurais no Brasil de 1985 a 2013 (DATALUTA, 2015)

Dados da Figura 1 indicam um acréscimo na quantidade de assentamentos rurais no Brasil a partir do ano de 1995. O governo desta época, presidente Fernando Henrique Cardoso, considerava a reforma agrária como uma política de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar propondo inclusive uma nova forma de aquisição de terras que foi denominada de reforma agrária de mercado (ANJOS e CALDAS, 2003).

Em 2003, com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e mudança de governo e política, inclusive com apoio de inúmeros movimentos sociais, à questão agrária no Brasil volta a se fortalecer. Nesse governo, foi criado o II Plano Nacional de Reforma Agrária que tinha como meta assentar 400 mil novas famílias no período de 2003-2006, isso explica a grande

quantidade de assentamentos criados nesse período, principalmente no ano de 2005 quando 876 assentamentos foram criados, assentando 115.955 famílias e no ano de 2006 com 719 assentamentos e 111.834 famílias assentadas (ESQUERDO, 2011).

Através de dados obtidos pelo INCRA (2015), podemos visualizar abaixo a quantidade de assentamentos por região do Brasil.

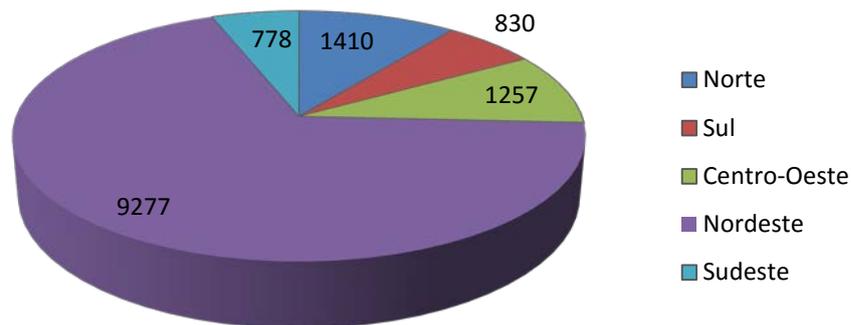


Figura 2 – Número de assentamentos rurais por região brasileira (INCRA, 2015)

A Figura 2 apresenta a região Nordeste como a região que possui uma maior quantidade de assentamentos em todo o Brasil. Isso provavelmente se deve ao fato de que o Nordeste possui influência de vários movimentos socioterritoriais como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre outros (DATALUTA, 2013) (SOUZA, 2009; RAMOS FILHO, 2012; LOPES, 2007).

As Figuras 3 e 4 é apresentado o número de assentamentos e de famílias assentadas no estado de Sergipe nos anos de 1989 a 2012, dados de DATALUTA (2015) (NERA, 2015; LABERUR, 2015).

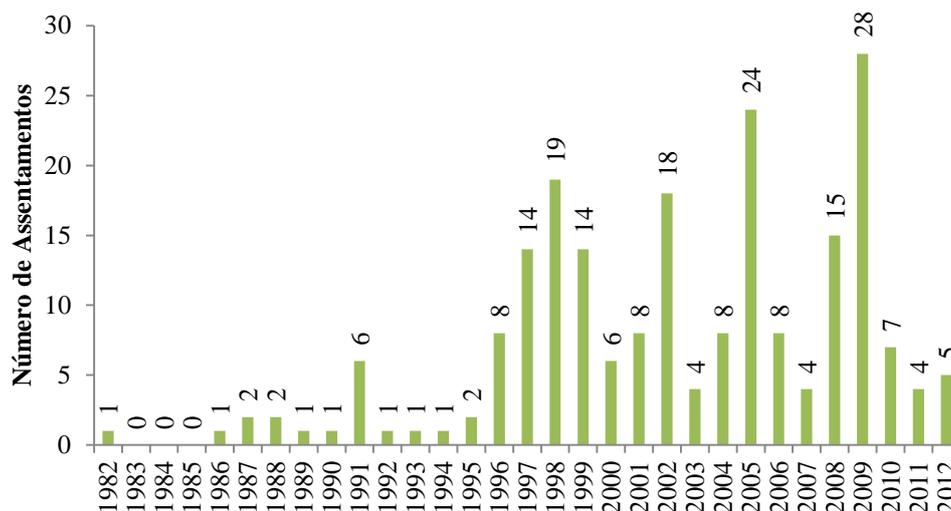


Figura 3 – Número de assentamentos rurais em Sergipe nos anos de 1982 a 2012 (DATALUTA, 2015)

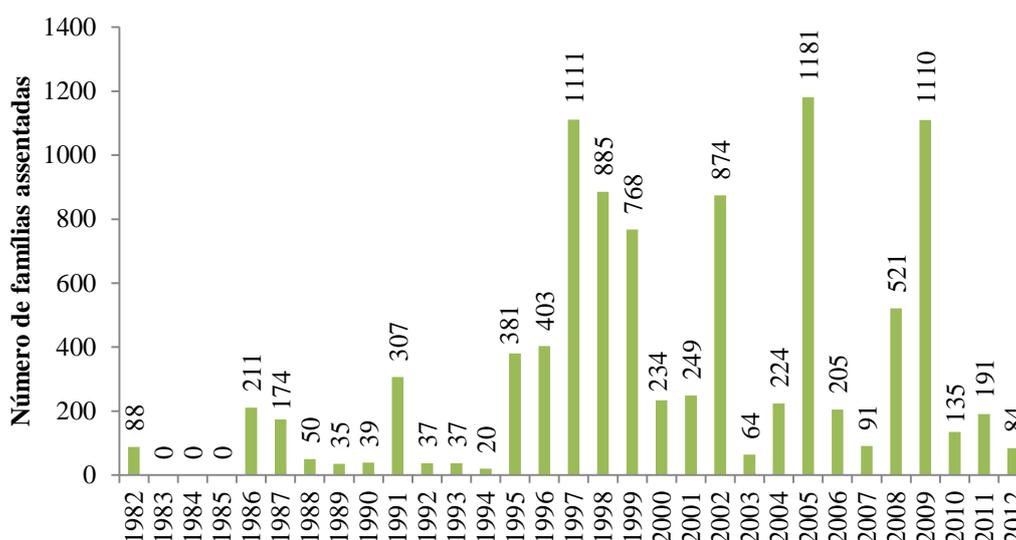


Figura 4 – Número de famílias assentadas em Sergipe nos anos de 1982 a 2012 (DATALUTA, 2015)

Pelos dados das Figuras 3 e 4, é possível notar que o número de assentamentos rurais criados em Sergipe é proporcional ao número de famílias assentadas. Podemos ver um aumento no número de assentamentos criados e de famílias assentadas no ano de 2005, ano que o Brasil estava no final do primeiro mandato do presidente Lula e que foi marcado por esforços para atingir as metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Em 2009, nota-se um número máximo de assentamentos rurais criados em Sergipe. De acordo com Ramos Filho (2008), esse foi o ano que o governo estava em posse do governador Marcelo Déda, que trouxe para a sociedade sergipana expectativas de alteração das prioridades do governo e de transformar a forma de abordar a questão agrária, ou seja, mudar a visão de criminalização dos movimentos sociais por uma forma de reconhecimento das organizações dos trabalhadores.

Conforme as Figuras 3 e 4, torna-se possível verificar que o número de assentamentos criados e de famílias assentadas vem crescendo e esse fato pode ser explicado pela grande influência dos movimentos socioterritoriais existentes no estado de Sergipe e que são de suma importância para a movimentação da reforma agrária no estado (SOUZA, 2009; RAMOS FILHO, 2012; LOPES, 2007).

Com isso, um dos objetivos dos agricultores assentados é utilizar um modelo de agricultura produtivo, que preserve a capacidade produtiva assim como o meio ambiente. As técnicas agroecológicas são vantajosas a respeito de aumentar a autonomia dos assentados, além de diminuir custos com matérias-primas e melhorar as condições de comercialização dos produtos (ALTIERI, 1996).

De acordo com estes dados, observa-se que apesar de ser classificado como o menor estado de todo o território brasileiro, o estado de Sergipe possui uma área territorial de 2.191.511,6 hectares, sendo 199.391,21 hectares destinados a 237 assentamentos rurais com um total de 10.675 famílias assentadas (INCRA, 2015; DATALUTA, 2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, podemos concluir que o estado de Sergipe, apesar da sua pequena área territorial, possui uma quantidade significativa de assentamentos rurais. As forças dos movimentos socioterritoriais são de grande influência para que mais famílias sejam assentadas a cada dia. A reforma agrária vem sendo um meio eficiente de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, gerando um grande desenvolvimento econômico, com possibilidades e potencialidades na geração de inovação em seus produtos sociais bem como sustentabilidade pelo seu modo de cultivo e geração de empregos, gerando grandes demandas para as engenharias.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao apoio do CNPq, CAPES e FAPITEC/SE, bem como dos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFS), ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/UFS), e à Extensão (PIBIX/UFS) da Universidade Federal de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI. Rio de Janeiro, 1996.

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. A Reforma agrária na contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, julho de 2003.

CARTER, M. Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária do Brasil. Editora UNESP, São Paulo, 2010.

DATALUTA, Banco de Dados da luta pela terra. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php>. Acessado em Setembro de 2015.

ESQUERDO, V.F.S. Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios. São Paulo, 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em Setembro de 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acessado em Setembro de 2015.

LABERUR, Laboratório de estudos rurais e urbanos. Disponível em <http://laberur.ufs.br/>. Acessado em Setembro de 2015.

LEITE, P.S. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, 2000.

LOPES, E.S.A. Um balanço da luta pela terra em Sergipe - 1985/2005. Scientia Plena, v.3, n.1, p. 6-17, 2007.

MITIDIERO Jr., M.A. Reforma agrária no Brasil: Algumas condisações sobre a materialização dos assentamentos rurais. AGRÁRIA, São Paulo, v.14, p.4-22, 2011.

NERA, Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária. Disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>. Acessado em Setembro de 2015.

RAMOS FILHO, E. S. Os (des)caminhos da estrutura fundiária e reforma agrária em Sergipe (1992-2011). NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo DATALUTA, 2012.

RAMOS FILHO, E.S. Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado. Presidente Prudente, 2008.

SOUSA, J.M.M. Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe. 2009. Tese (doutorado em geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

A QUANTITATIVE ANALYSIS OF RURAL SETTLEMENTS IN THE STATE OF SERGIPE AND BRAZIL

SANTOS, Thaynara Tavares^{1*}; JESUS, Raphael Amâncio¹; OLIVEIRA, Grayce Kelly Carvalho¹; SILVA, Daniel Pereira²; RUZENE, Denise Santos¹

¹ Departamento de Engenharia Química, Universidade Federal de Sergipe

² Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Sergipe

* email: thaay.tavares@hotmail.com

Abstract: *With the implementation of agrarian reform in the 80s started the issues regarding the struggle for land, the land structure, the creation of settlements and improvement of settlers' quality of life. In this scenario, Sergipe emerges as the second state with the largest ratio of the number of settlements and their territorial area in Brazil. Social movements have great influence in the creation of settlements and especially in the struggle for land and land reform in Sergipe. Furthermore, land reform has shown to be effective in improving the quality of life of rural workers, generating innovation in their products and sustainability for their cultivation methods and for the job creation. Therefore, the proposal of this work is to perform a quantitative analysis of existing settlements in the state Sergipe and in Brazil.*

Keywords: *Settlements, Land reform, Sergipe*